
PREÂMBULO

No início do ano de 1999, quando cursava o penúltimo período da graduação na Universidade do Rio de Janeiro, surgiu a idéia que serviria de base para esta dissertação. Estávamos reunidos, Waldemir Tavares, Júlio Mourão e eu, na cantina do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO; éramos todos estudantes de museologia, com exceção do Júlio, o único bacharel entre nós. Nos conhecíamos da militância no Diretório Acadêmico, do qual fazíamos parte há pouco mais de dois anos. Debatíamos sobre a função social da museologia enquanto Waldemir, debruçado à mesa, expunha com entusiasmo suas idéias sobre como a museologia poderia servir aos interesses dos movimentos sociais tais como MST (Movimento dos Sem Terra) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Muito influenciados pela “Nova Museologia” - já naquela época não tão nova assim, mas cujos princípios pouco haviam penetrado na formação que se dava no curso em que ingressáramos -, discutíamos a possibilidade de utilizar a memória das lutas de contestação social, construindo uma força contra a hegemonia da história oficial. Para o leitor menos familiarizado com os preceitos da Nova Museologia, a citação abaixo apresenta um dos conceitos formulados pelos teóricos desse movimento durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972, que se refere ao museu enquanto:

(...) uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo, elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (COMITÊ BRASILEIRO DO ICOM: 1995, p. 21)

Valorizar as práticas comunitárias, a união de indivíduos em prol de melhorias em suas condições de vida e o reconhecimento que estes indivíduos passariam a ter de si mesmos enquanto sujeitos da história, eram pressupostos fundamentais, que norteariam qualquer experiência relacionada à utilização da memória social que eu viria a ter.

Algum tempo depois dessa conversa na cantina, que haveria de se prolongar em outras ocasiões, esses mesmos companheiros comentaram que haviam procurado a Diretoria de Museus / FUNARJ (Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro), então dirigida pela Sra. Maria Luiza Monteiro da Silva, e proposto um projeto que integraria o “Mutirão pela Paz” - programa desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Não hesitei em me oferecer para participar do desenvolvimento do projeto, que na verdade ainda não havia sido esboçado em suas primeiras linhas. Juntou-se a nós Luis Antonio Gonzaga, mais um graduando em museologia – e

responsável pela primeira visita de Júlio à Secretaria de Museus – e demos início à elaboração do projeto, que inicialmente deveria ser direcionado ao Morro da Formiga (localidade situada no Bairro da Tijuca / Rio de Janeiro), onde aconteceria, dentro de poucos meses, a inauguração das atividades do Mutirão pela Paz. O projeto consistia, em linhas gerais, na mobilização da comunidade em torno da história local, na valorização de aspectos do cotidiano e do patrimônio cultural da comunidade, além da ênfase que dávamos à memória como uma forma de exercício da cidadania.

Não é possível afirmar com precisão a data em que iniciamos a elaboração do projeto, ou mesmo a data em que ocorreu a primeira reunião com a Diretoria de Museus da FUNARJ; entretanto, revendo o material produzido naquele período, posso deduzir que transcorreram aproximadamente quatro meses entre o início do desenvolvimento do projeto e a inauguração do evento, que ocorreu no final do mês de agosto de 1999.

Subindo o Morro

Após algumas reuniões onde Júlio, Waldemir, Luis Antônio e eu estabelecemos algumas prioridades de ação, marcamos a nossa ida ao Morro da Formiga. Júlio e Waldemir já haviam visitado o local algumas vezes antes de mim e participado de uma reunião em que se reuniam jovens e velhos da localidade para a discussão sobre assuntos diversos, referentes ao Morro da Formiga. Nessa reunião obtiveram uma boa impressão sobre as expectativas das pessoas quanto à possibilidade de se trabalhar com a história da comunidade.

Marcamos assim: Júlio me esperaria na esquina da Rua Conde de Bonfim com a Rua Medeiros Pássaro, que dá acesso à

Comunidade da Formiga, no ponto onde as Kombis se revezam para transportar as pessoas que sobem e descem o morro. Cheguei na hora combinada, às dez da manhã, e Júlio me aguardava no referido ponto de Kombis. Eu estava de moto e assim subimos a rua estreita, sinuosa e íngreme que conduzia à Associação de Moradores do Morro da Formiga (AMMF).

Paramos numa esquina próxima à Associação, naquele período instalada provisoriamente num barracão de madeira na Rua Castelonuovo, aguardando a reforma de um outro prédio pouco mais acima, onde posteriormente encontrar-se-ia a sede definitiva. Entramos e perguntamos por Nilza, a Presidente da Associação. Como ela não estava, esperamos sentados numa salinha, onde o trânsito de pessoas era freqüente. Na época as obras do Favela Bairro¹ estavam em andamento e a maioria das pessoas que entravam na Associação participavam desse projeto: garis comunitários, operários das obras de urbanização etc. Um cartaz com a figura de Mao Tse Tung afixado na parede me deixava mais à vontade. Eu estava um tanto inseguro a respeito do que diria sobre o nosso projeto à Nilza.

Não estivemos com ela nesse dia. Lembro-me apenas que em nossa primeira conversa com Nilza, ela demonstrou interesse pelo projeto, no entanto, pouco entusiasmo. Na época deduzimos que isso se devia às diversas empreitadas institucionais, principalmente iniciadas pelo poder público, que, apesar de encetadas com pompas e circunstâncias, malogravam por falta de interesse político. Mesmo assim ela foi bastante receptiva: apresentou-nos o seu vice-presidente,

¹ Programa de Urbanização de Áreas Favelizadas promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

um rapaz chamado Neo, e nos indicou alguns nomes de moradores que poderiam nos ajudar, entre eles o da Dona Zozoca, antiga moradora do bairro responsável pela organização de um grupo de Folia de Reis, festividade que há algum tempo não mais acontecia na comunidade.

Entramos em contato com Dona Zozoca por telefone e nos encontramos alguns dias depois na AMMF. Essa senhora, moradora de uma localidade situada num dos pontos mais altos do morro, senhora de aproximadamente 60 anos, surpreendeu-nos com o seu vigor na subida íngreme de aproximadamente quinhentos metros.

Nesta primeira visita, fomos os quatro à sua casa. Ao chegar ao fim da Rua Castelonuovo, entrou numa estreita via após sinalizar para uns rapazes parados na esquina em sinal de “tudo ok”.

Continuamos a subida por uma escada que levava à sua casa. Ao chegarmos ela nos ofereceu algo para beber e, enquanto observávamos de sua varanda, repleta de vasos de plantas das mais variadas espécies, a ampla vista do morro e do Bairro da Tijuca, trouxe-nos alguns álbuns de fotografias, a maioria delas retratando a Folia de Reis. Expusemos a ela nossa intenção de trabalhar com a memória e a história da localidade e que desejávamos, num futuro próximo, realizar uma pequena exposição com apoio dos moradores do Morro. Apesar de alguma relutância inicial, ela nos revelou o que julgava mais importante em seu “acervo particular”. Entrou em casa, voltou com uma chave nas mãos e pedindo-nos gentilmente que não mexêssemos em nada e abriu a porta de um pequeno quarto sem janelas no fim da varanda. Em seu interior havia fantasias, chapéus, tambores, perucas, estandartes e bandeiras cuidadosamente organizadas, que representavam de maneira ordenada a Folia de Reis.

No centro, logo em frente à porta, um pequeno altar sustentava o manto. Dona Zozoca nos esclareceu que caso o manto se distanciasse mais de sete passos de seu lugar ela teria que retomar as atividades da Folia durante os próximos sete anos, contrariando a vontade de seu esposo, que a advertia dos riscos à sua saúde devido ao grande esforço necessário para realizar a festividade, que durava dias seguidos. Entre as fantasias havia também fotos de alguns de seus parentes que haviam participado da Folia em algumas ocasiões.

Examinamos o material, seguindo as recomendações da curadora daquela exposição particular. Tínhamos então a certeza de que já havia algo pronto, ainda mais organizado do que esperávamos, e que poderia ser o ponto de partida para a realização do evento que tínhamos em mente para os próximos meses: a montagem de uma exposição que seria executada pelos próprios moradores, com aqueles objetos que eles guardavam em suas casas e que julgavam pertinentes para representar o local em que viviam.

O próximo morador que iríamos abordar, dias depois, seria o Senhor Luís Corrêa, também indicado pela presidente da AMMF como uma figura possivelmente relevante para o nosso trabalho, a julgar pelo tempo em que residia no local. Morava na parte mais baixa do Morro. Batemos palmas na entrada da sua casa e vimos descer um senhor alto e grisalho com um ar severo e interrogativo, que abriu o portão e indagou sobre o propósito de nossa visita. Pelo sotaque pudemos perceber a sua origem portuguesa. Júlio se antecipou nos apresentando ao senhor e justificando a nossa visita, expondo a nossa intenção de trabalhar com a memória local e a possibilidade de realizarmos uma exposição com acervo e participação dos moradores do lugar. Ainda que não tivéssemos pronunciado a palavra, o Senhor

Luís Corrêa nos interrompeu afirmando: “Aqui não é favela. Aqui é o Bairro da Cascatinha”. E continuou dizendo: “Favela é a partir dali (apontando para a parte mais elevada do Morro), onde aconteceram as invasões”.

Após alguns minutos de conversa, onde tentávamos convencê-lo a colaborar com nosso projeto contribuindo com seus depoimentos e com o que mais desejasse oferecer, ele pediu que aguardássemos um pouco, entrou na casa e voltou com um papel amarelado. Era a escritura da casa onde morava. Fez questão de que notássemos a referência ao local como “Bairro da Cascata”.

Reclamou bastante sobre o fato de pagar o imposto predial e que era uma contradição pagar tal soma para morar ali, enquanto outros que moravam tão próximos a ele não sofriam tais encargos.

A partir daquele momento não demorou muito para que ele percebesse que trabalhar sobre a memória e as identidades da localidade poderia ser também uma maneira de expor aos outros moradores esta faceta oficial, mas pouco conhecida, do Morro da Formiga enquanto Bairro da Cascata. Nesse momento ele se dispôs a nos ceder o que julgava possuir de mais valioso: a escritura da sua casa. Disse também que, se necessário, providenciaria uma cópia da mesma. Aproveitamos o ensejo para perguntar se ele possuía fotos que pudessem também servir ao projeto. Inicialmente ele afirmou que não possuía nada que pudesse ser de interesse dos outros moradores; contudo, após mais alguns minutos de conversa ele pediu que voltássemos outro dia quando nos mostraria o que fosse possível.

Restava-nos visitar a filha do compositor Sinval Silva, sambista do Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa Império da Tijuca e autor de alguns sucessos interpretados por Carmen

Miranda. Já haviam decorrido três meses desde o início do projeto, período em que realizamos diversas visitas ao local e pesquisas em diversas instituições (arquivos públicos e privados, bibliotecas, Prefeitura etc.). Nesse meio tempo, a Diretora de Museus da FUNARJ nos havia solicitado a realização da exposição, que deveria ocorrer no dia do lançamento das atividades do Mutirão pela Paz na Formiga. Embora nosso objetivo fosse a formação de “agentes de memória” - moradores locais aptos a realizarem a pesquisa, a preservação e a divulgação do patrimônio da localidade, devidamente instrumentalizados para desenvolverem uma atividade expositiva -, aceitamos a proposta, que poderia significar a continuidade do projeto, pois no evento estariam presentes várias autoridades, como a Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro e outras figuras da administração do estadual e municipal.

Por telefone, Júlio marcou uma visita à casa da filha do compositor, Dona Matilda, que se dispôs a nos receber no dia seguinte. Chegamos na hora combinada e ela nos pediu para acompanhá-la até a sua sala, onde nos ofereceu café e bolo de milho.

Após nos apresentarmos, expusemos o nosso projeto e pedimos que nos contasse a sua história. Dona Matilda nos falou a respeito da sua origem mineira e de como seus pais haviam chegado ao Rio de Janeiro; disse-nos também o que já havíamos ouvido no depoimento de outras pessoas, como Dona Zozoca e Nilza, sobre a grande quantidade de mineiros que vieram morar no Morro da Formiga a partir da década de 40 e que desde então compunham a maior parte dos moradores. Na sala da sua casa havia por toda a parte quadros e troféus pertencentes ao falecido Sinval Silva; nos cantos do cômodo onde estávamos, alguns *posters* empilhados, entre esses uma

foto emoldurada, em péssimo estado, da cantora Carmen Miranda com uma dedicatória para seu pai, que ela fez questão de nos mostrar com orgulho, apesar de lamentar seus estragos. Aproveitamos a oportunidade para falar sobre os benefícios de se preservar aqueles objetos que se referiam, de alguma forma, à história e à memória local, e para explicar que dentro em breve realizaríamos uma exposição na qual gostaríamos de enfatizar também a presença de moradores de destaque no mundo da música. Foi o suficiente para que ela trouxesse uma caixa enorme e repleta de medalhas, troféus e outras lembranças de seu pai que ela acumulava desde a sua morte.

Separamos alguns objetos para a exposição, dentre eles um busto de Sinval Silva, uma partitura de uma de suas composições e algumas fotos. Levamos as fotos e a partitura para copiar num lugar perto dali e prometemos pegar o busto na véspera da exposição, garantindo a devolução logo após a realização da mesma.

Faltando apenas duas semanas para o evento, ainda precisávamos definir o tema da exposição, elaborar o roteiro da montagem e identificar o acervo que poderíamos utilizar. Tendo em vista que essa iniciativa contrariava a nossa expectativa inicial - que era a de terminar o projeto com uma oficina em que a exposição seria inteiramente realizada por moradores -, julgamos melhor abordar temas ligados a manifestações que incitassem à participação coletiva e que enfatizassem as características mais positivas da localidade.

Inicialmente pensamos em resolver a questão abordando a Folia de Reis, que representava um elemento aglutinador, ao mesmo tempo em que aparecia como um traço cultural expressivo no contexto do Bairro da Tijuca. Além disso, em quase todos os encontros com os

moradores a festividade era mencionada com saudosismo, tanto pelos mais velhos como pelos mais novos, que se referiam a ela com alegria.

Some-se a essa rápida análise o fato de que somente o que havia no “acervo” da dona Zozoca seria suficiente para ocuparmos os quarenta metros quadrados que seriam destinados à exposição no pátio coberto do Centro Municipal de Assistência Social Integrada (CEMASI) do Morro da Formiga. No entanto, não poderíamos negligenciar outras facetas interessantes de serem exploradas neste momento. Não era também o nosso intuito afirmar que o passado era melhor que o presente. Desse modo, resolvemos incorporar outras festividades de caráter aglomerador à exposição, como as festas e bailes organizados por grupos de jovens. Sendo assim, procuramos entrar em contato com alguns participantes do grupo denominado QVS (sigla atribuída à linha de ônibus 426, que faz o trajeto Tijuca-Copacabana), que contava com a participação de aproximadamente vinte jovens, alguns deles já conhecidos por nós das reuniões setoriais promovidas pela AMMF.

Como a ocupação do morro ocorreu, principalmente, motivada pela instalação de fábricas na região da Muda - localidade do Bairro da Tijuca onde se situa o Morro da Formiga -, o que atraiu um grande contingente de pessoas a morarem em seu entorno, julgamos apropriado fazer menção ao trabalho, dedicando a esse assunto espaço em um dos módulos da exposição. Outros aspectos da vida no local também foram abordados, como a culinária e a fitoterapia, pois durante o período em que entrevistávamos os moradores vários deles mencionaram a existência de parteiras e curandeiras que existiam na comunidade, além do fato de a maioria dos moradores reiterarem a sua origem ou descendência mineira e

mencionarem a ocorrência de pratos típicos da culinária desse Estado na dieta local.

A exposição

Decidimos dividir a exposição em quatro módulos, considerando as informações obtidas através de fontes oficiais e da experiência no local. Também levamos em conta o acervo disponível para a realização do mesmo e o orçamento, irrisório, que seria destinado à montagem, incluindo todo material: cento e cinquenta reais (equivalente a setenta euros).

Os módulos ficaram estabelecidos da seguinte maneira: ao primeiro caberia representar o trabalho; o segundo, a natureza e o conhecimento fitoterápico; o terceiro, a culinária; no último módulo estariam representadas as festividades (carnaval, folia de reis, bailes e grupos musicais).

Iniciamos a montagem da exposição no dia vinte e um de agosto de 1999, às dez horas da manhã, no CEMASI, local onde seria exibida no dia seguinte. Levamos para lá o material de suporte e as ferramentas necessárias. Enquanto eu organizava os equipamentos, Luiz Antônio, Waldemir e Júlio, saíram para “garimpar” os objetos a serem expostos.

Após montarmos as paredes feitas com papelão pintado - material doado por uma fábrica de papel -, Dona Zozoca fez a sua aparição e montou um módulo destinado a representar a Folia de Reis, onde sequer pusemos a mão ou ousamos opinar. Ela demorou aproximadamente vinte minutos - tempo em que ficamos parados para assistir -, e foi, sem sombra de dúvida, o trecho esteticamente mais organizado da exposição. A movimentação que fazíamos no CEMASI

atraia a curiosidade de muitos moradores que passavam por ali. Alguns deles perguntavam do que se tratava e, após explicarmos, voltavam com fotos e recortes de jornais que acabamos incorporando à mostra.

Depois de tudo pronto, a exposição ficou mais ou menos assim: na entrada, havia o título “Muitas Vidas, Muitas Histórias: memórias de uma comunidade”, elaborado no decorrer da montagem; ao lado, uma foto, a mais antiga da exposição, datando de 1951, onde todos os moradores da Formiga (ou pelo menos a maioria deles, segundo haviam nos contado) estavam reunidos ao lado de políticos para comemorar a inauguração da luz elétrica na localidade. Essa foto foi adquirida no decorrer da montagem, graças a uma pessoa que registrou o acontecimento e que estava de passagem pela Formiga justamente por conta do Mutirão pela Paz.

Logo em seguida, no primeiro módulo dedicado ao Trabalho, havia uma foto do Sr. Luís Corrêa sobre a laje de sua casa, ainda em construção, e ao lado dessa uma cópia da escritura da sua residência, reproduções de um jornal local, “Folha da Formiga”, e de um panfleto acompanhado de uma foto, referentes à estação de rádio comunitária “Rádio Livre Experimental”. Nesse mesmo módulo, expusemos uma cópia ampliada da carteira de Registro de Artista de Sinval Silva, onde constava a atividade: Compositor. Para o segundo módulo, dedicado à natureza e ao conhecimento fitoterápico, fomos obrigados a recorrer a uma loja de plantas na Rua Conde de Bonfim, a poucos metros da entrada para o Morro da Formiga, onde tiramos fotos e pedimos algumas amostras de plantas acompanhadas de informações adicionais. No terceiro módulo, dedicado à culinária, expusemos um grande painelão cedido por dona Zozoca, onde a

mesma preparava o angu e outros pratos para o dia da Folia, e algumas receitas de pratos tipicamente mineiros, algumas adquiridas com moradores e outras obtidas na Internet. No quarto módulo, estavam as festividades: a Folia de Reis, com a contribuição da dona Zozoca e algumas fotos da festividade; o carnaval, com fotos, o busto do compositor Sinval Silva e algumas partituras de samba enredo de sua autoria; os grupos de baile e as bandas locais, com bandeiras e cartazes e fotos dos grupos apresentados.

No decorrer do evento, foi possível notar que, mesmo estando entre outras atividades e serviços básicos essenciais que eram oferecidos à população (registro de identidade, serviços de saúde e similares), a exposição apresentava-se como um grande atrativo.

Enquanto jovens se aglutinavam para ver a sua banda ou grupo representado na exposição, algumas pessoas mais idosas buscavam filhos e netos para apresentar-lhes, a partir das fotos mais antigas, entes falecidos cujos únicos registros fotográficos, por eles jamais vistos, estavam naquela exposição. De repente a exposição se transformou em um local de encontro, onde acontecimentos do passado eram rememorados e compartilhados entre as pessoas. Uma senhora chorando ao ver a foto do pai falecido enquanto apresentava-o à sua filha e um rapaz que dizia “O QVS agora é cultura”, mostrando aos amigos a bandeira de seu grupo na exposição, são alguns dos momentos fixados em minha memória sobre o dia do evento.

Toda essa comoção não era o nosso intuito. Na verdade, tínhamos pretensões bem mais modestas em vista do acervo, do tempo e da verba que nos foi disposta para a montagem. Nos dias subsequentes, enquanto tratávamos de devolver os objetos aos seus respectivos donos, ouvimos bons comentários em relação ao evento e

à exposição em si. Estava claro para nós que havia interesse por parte da comunidade no prosseguimento do projeto. A partir de então, os nossos próximos passos eram: conseguir financiamento para dar continuidade ao projeto e envolver mais pessoas da comunidade e da universidade.

Passamos o resto do ano de 1999 e o início de 2000 procurando meios de financiar o projeto. Tentamos na universidade, como projeto de extensão, e em agências de fomento, como a Faperj, sem sucesso. A falta de um título acadêmico de mais alto nível e o nosso desligamento da universidade, devido à nossa formatura, dificultava a aquisição de financiamento. Resolvemos procurar o professor Mario Chagas, conhecido por nós, naquela época, graças à sua identificação com as idéias relacionadas à Nova Museologia e à “museologia social”. Chagas, cursando então o seu doutoramento, julgou mais oportuno que nos dirigíssemos a quem já dispusesse desse título, exigido na maioria dos casos para a condução de um projeto acadêmico, e nos apresentou à professora do Mestrado em Memória Social e Documento, Doutora. Regina Abreu. Após apresentarmos a ela o projeto e relatarmos nossas experiências no local, ela se mostrou interessada e solicitou-nos que marcássemos uma visita com a Nilsa, que ainda presidia a Associação de Moradores do Morro da Formiga.

O Mestrado

No dia oito do mês de outubro de 2000, segundo consta na fita cassete onde está gravado o depoimento da Presidente da Associação de Moradores da Formiga, Regina Abreu, Mario Chagas, Júlio e eu seguimos em direção à AMMF onde nos encontraríamos com a Nilza na sede nova da Associação. Durante o encontro, os professores deram

o tom da conversa. As palavras “museu”, “patrimônio”, “memória” e “cidadania” foram recorrentes durante todo o diálogo, e a Regina e o Mário pareciam estar convencidos de que havia, de fato, uma demanda para estabelecimento de um processo de criação de um museu no local. Na volta, os dois conversaram entre si sobre as possibilidades de ação, perspectivas no campo acadêmico, pertinência enquanto pesquisa para o mestrado em memória social. Marcamos um outro encontro alguns dias depois.

O nosso grupo inicial estava desarticulado. Luiz Antonio e Waldemir ainda participavam das nossas reuniões, mas não tínhamos o mesmo entusiasmo de antes. Se fosse o caso da Regina Abreu coordenar o projeto de extensão pela UNIRIO, teríamos que definir o papel de cada um no projeto sem que isso gerasse uma hierarquia ou privilégios de um em detrimento do outro. Não foi necessário nos preocuparmos com isso: Regina apresentaria para nós uma proposta que, até então, não fazia parte das nossas intenções.

Segundo ela, a nossa situação acadêmica não favorecia a concessão de bolsas pela universidade. Sua sugestão foi que tentássemos a prova para ingresso no Mestrado em Memória Social e Documento e, a partir daí, iniciássemos a pesquisa na Formiga. Não garantia mais nada; somente que, caso fôssemos aprovados na seleção de projetos e nas provas, ela se apresentaria como nossa orientadora.

Do nosso grupo, apenas Júlio e eu fizemos o concurso para o MMSD. A bibliografia não nos era estranha, pois a havíamos utilizado, em parte, para a elaboração dos projetos encaminhados às agências de fomento. Nos afastamos durante algum tempo da Formiga e uns dos outros. Eu apresentei um projeto de pesquisa que seria aplicado ao Morro da Formiga e Júlio apresentou um projeto, com

uma abordagem semelhante, relacionado à localidade de Rollas, favela situada no Bairro de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Contrariando nossas expectativas, ambos fomos aprovados. A partir daí, principalmente pelo fato da pesquisa de mestrado pressupor uma atitude quase “solitária” do pesquisador, nos afastamos ainda mais uns dos outros. A essa altura, Waldemir e Luiz Antonio já não tinham mais qualquer interferência direta nos nossos trabalhos: a equipe estava definitivamente desfeita.

A pesquisa

Na Formiga, desde o início de 2001, um grupo denominado “Jovens pela Paz”², formado por dez jovens da comunidade, realizava entrevistas com os moradores mais antigos do local. Com base na abordagem metodológica adotada na pesquisa (o método antropológico da observação participante), julguei oportuno acompanhar o processo de construção da memória em andamento graças às atividades desse grupo. No entanto, o meu engajamento não era o mesmo, e a liderança do grupo, um rapaz chamado Lupã, que eu já havia entrevistado e mantinha como principal “informante”, priorizava outros projetos relacionados à dança e ao hip-hop. O andamento das ações de construção da memória no Morro da Formiga estavam em ritmo lento e preocupante, tendo em vista os prazos estabelecidos pelo mestrado. Somavam-se a isso a conjuntura em que se encontravam as disputas entre facções rivais de comerciantes ilegais de drogas naquele período. Neo, um dos meus informantes, que naquele ano presidia a AMMF, havia desaparecido em circunstâncias alheias ao meu conhecimento. Posteriormente recebi a notícia de que a Nilza, então vice de Neo, havia se mudado de lá. As atividades de coleta de depoimentos de moradores por parte dos Jovens Pela Paz haviam praticamente cessado e parecia cada vez mais distante a possibilidade de implantação de um centro de memória, museu ou algo do gênero na Formiga.

No final do ano, às vésperas da apresentação do texto de qualificação no mestrado, tive a oportunidade de conhecer o projeto

² Programa realizado pela ONG Viva Rio em parceria com o Governo do Estado, iniciado em meados de 1999.

Rede Memória da Maré/CEASM, momento descrito na introdução a seguir. Tendo em vista as dificuldades de prosseguir com as atividades de campo na Formiga, julguei conveniente mudar o tema da dissertação, iniciando a pesquisa que daria origem à dissertação “Cerzindo a Rede da Memória: estudo sobre a construção de identidades no bairro Maré”.

A experiência adquirida na Formiga não foi abandonada, tampouco o trabalho iniciado na Maré constituiu uma pesquisa inteiramente diversa; na verdade, trata-se de uma continuidade, uma abordagem sobre as mesmas questões, sob um outro enfoque e em uma localidade com características diferentes, onde os trabalhos de construção da identidade e memória por parte de uma instituição local (CEASM) estavam bem mais avançados. Por trás da minha investigação de cunho acadêmico, as perguntas mais importantes, ainda que tácitas - minhas “dúvidas existenciais”, como diria a minha orientadora -, foram: o que pode a ação da museologia diante de uma realidade tão difícil e de necessidades tão urgentes relacionadas às questões básicas da sobrevivência? As novas diretrizes teóricas da museologia ocorridas com a “Nova Museologia” apontam para um avanço em relação à organização das demandas locais e conquista de direitos e cidadania? Ou é mais uma das facetas da chamada globalização que preconiza a valorização de identidades locais em detrimento da ideologia da “unidade nacional”?

Nenhuma resposta a essas questões é dada na dissertação a seguir, mas ela pode instigar a uma reflexão sobre ações da natureza das que serão relatadas aqui.